

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

**OS LIMITES DA ABORDAGEM CONTEUDISTA DO LIVRO DIDÁTICO NA
SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA PARA A
FORMAÇÃO CIDADÃ¹**

**THE LIMITS OF THE CONTENTAL APPROACH TO THE TEACHING BOOK
IN ITS RELATION TO GEOGRAPHY TEACHER PRACTICE FOR CITIZEN
TRAINING**

Alana Rigo Deon², Carina Copatti³

¹ O texto apresentado é parte de um capítulo de livro publicado pela Universidade de Colima México, intitulado "Desafios de la Educación: Perspectivas de México, Brasil y España" organizado pelo professor Jaime Moreles Vázquez

² Doutoranda em Educação nas Ciências. Integrante do grupo de pesquisa Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais coordenado pela professora Dra Helena Callai. E-mail: alanardeon@gmail.com

³ Doutora em Educação nas Ciências. Licenciada em geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais coordenado pela professora Dra Helena Callai

Resumo: Discutir sobre o livro didático no contexto atual tem sido algo necessário, haja visto a sua grande inserção nas escolas da rede pública brasileira. Diante disso, temos como pretensão, no decorrer do texto, refletir sobre os limites que perpassam os conteúdos dos livros didáticos de Geografia. Para tanto, temos a centralidade na seguinte questão: quais são os limites da abordagem conteudista dos livros didáticos de Geografia? Por meio de uma pesquisa bibliográfica articulada à experiência de utilização do livro didático na prática docente desenvolvem-se, no decorrer do texto, algumas reflexões no que concerne ao uso do livro didático em sala de aula. Nesse sentido, entendemos que a partir de um processo crítico e reflexivo em relação ao livro didático e seu uso, o professor pode potencializar a utilização desse recurso na sua prática de ensino e, possivelmente, diminuir as limitações e lacunas que se colocam na relação professor-livro didático.

Palavras-chave: Livro Didático. Ensino de Geografia. Limites.

Abstract: Discussing about the textbook in the current context has been necessary, considering its great insertion in the Brazilian public schools. Given this, we intend, throughout the text, to reflect on the limits that permeate the contents of Geography textbooks. Therefore, we have the centrality in the following question: what are the limits of the contentist approach of the textbooks of Geography? Through a bibliographic research articulated to the experience of using the textbook in the teaching practice, some reflections are developed during the text concerning the use of the textbook in the classroom. In this sense, we understand that from a critical and reflective process in relation to the textbook and its use, the teacher can enhance the use of this resource in their teaching practice and possibly reduce the limitations and gaps that arise in the

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

teacher relationship. -textbook.

Keywords: Textbook. Geography teaching. Limits.

INTRODUÇÃO:

Discutir sobre os limites do livro didático no contexto atual tem sido algo necessário, haja visto a sua grande inserção nas escolas da rede pública brasileira. Este material tem se configurado como um dos principais recursos utilizados em sala de aula pelos professores e alunos, mesmo com os avanços tecnológicos existentes na atualidade.

No Brasil os livros didáticos, desde 1997 passam por um rigoroso processo de avaliação tendo como principal responsável o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FNDE, através do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, este que teve início com essa denominação em 1985. Com o passar dos anos, as preocupações com a qualidade do processo de avaliação destes materiais, bem como com a qualidade do conteúdo dos livros tem sido cada vez mais sistemáticas, visto que se configura como o maior programa de editoração, compra e distribuição de materiais didáticos do mundo.

Tendo como pano de fundo essa argumentação, muitas pesquisas de renomados autores da Geografia estão sendo realizadas; dentre elas se destaca Callai (2016), que trata da importância do LD, devido a sua função social e pedagógica e por ser um dos únicos livros que chega às famílias dos alunos, como fonte de pesquisa, leitura e informação; outros autores também apresentam as limitações quanto ao seu uso em sala de aula, visto que configura-se como "receituário" aos professores, que por vezes, se utilizam desse recurso como único manual a ser seguido.

Considerando que o livro didático pode levar o professor a seguir determinado padrão de condução do trabalho educativo, Rodrigues (2009, p. 83), salienta que "o professor apenas cumpre a função de repassador do que já vem pronto. Desqualifica-se o professor, tal a importância que se dá à sua ação". Diante disso, conforme Schäffer (2001, p. 141), o livro didático é utilizado como um manual, sendo que, em muitas realidades é "[...] o recurso mais presente em sala de aula, quando não a própria aula, a voz principal no ensino".

Neste contexto, temos como questão de fundo: quais são os limites da abordagem conteudista dos livros didáticos de Geografia? Nossa pretensão no decorrer do texto é abordar aspectos sobre limites dos livros didáticos de Geografia, e trazer ao debate algumas inquietações referentes às limitações que existem entre o professor e o livro didático em sala de aula. Para isso o texto tem por base uma pesquisa bibliográfica articulada à experiência das autoras quanto à utilização do livro didático na prática de ensino na educação básica. Ainda, articula-se com a experiência em processos de avaliação de livros didáticos .

LIMITES PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Os livros didáticos de Geografia têm apresentado avanços significativos nos últimos anos, isso se deve, dentre outros aspectos, às melhorias na qualidade das propostas didáticas e à maior

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

qualificação do processo de avaliação das coleções inscritas no PNLD, em suas diferentes etapas (anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio).

O programa tem avançado no que tange à qualidade dos recursos gráficos, exigindo maior cuidado dos autores e editoras na produção das obras inscritas no PNLD, tanto em relação às ilustrações e figuras, qualidade de impressão, papel e acabamento. Além da qualidade visual, o cuidado com as informações, conteúdos, conceitos e referências são outros elementos que contribuem para que o material didático disponibilizado para a avaliação seja, ao final do processo, aprovado.

Este material, que em muitos casos conduz o processo pedagógico nas escolas do Brasil se constitui como um recorte de determinados conteúdos que são estruturados seguindo determinados padrões; Leva-se em conta os conhecimentos da ciência geográfica, do meio acadêmico e escolar, da legislação vigente, além da estrutura constituída a partir das concepções dos autores e suas editoras, influenciados pelas orientações (ou imposições) do edital do PNLD, que segue uma política de Estado.

Neste contexto, o livro didático, além de ser uma mercadoria, tem cunho cultural e político. No processo de construção das propostas apresentadas nas coleções didáticas diferentes forças se condicionam. Em sua utilização, os professores também seguem determinadas concepções que emergem de seus diferentes saberes, que precisam aliar conhecimento da ciência geográfica, conhecimentos teóricos, metodológicos, da prática docente, da experiência, dos procedimentos pedagógicos, dentre outros que são próprios de cada professor e que se constroem constantemente.

Estes saberes precisam ser continuamente refletidos e compreendidos pelos profissionais que atuam no exercício da docência, visto que tanto o conhecimento quanto o ser humano estão em constante transformação, e, na inserção em sala de aula, nas relações que constrói cotidianamente com alunos, com a geografia escolar, com os materiais didáticos, necessita constituir as bases para o processo de ensino e aprendizagem.

Apesar do processo avaliativo das coleções de livros didáticos seguir rigorosamente um edital que detalha critérios gerais e específicos para cada área do conhecimento, é no contexto da sala de aula, espaço onde o livro didático ganha maior significação, que se pode perceber as lacunas e fragmentações de conteúdos que ainda permanecem em grande parte das coleções de livros didáticos de Geografia.

No que se refere aos critérios gerais de avaliação das coleções didáticas observa-se que a cidadania é o conceito estruturante da educação nacional, está presente em todas as políticas educacionais e se constitui como elemento importante para a construção de uma sociedade democrática de direito. O Edital do PNLD (2018, p.33), pautado a partir dessas concepções expõe que as coleções precisam considerar os “princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”. Nesse sentido, a cidadania se constitui como um critério de exclusão das coleções didáticas. Como veremos detalhadamente a seguir:

a) Não veiculação de estereótipos e preconceitos, sejam eles de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, condição de deficiência.

Na maioria das coleções se evidenciam avanços nesse sentido, trazendo abordagens atualizadas em que há certa visibilidade de alguns destes temas, embora haja, de maneira geral, poucas

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

propostas de debates que permitam avançar sobre o tema. Isso pode ser observado no trato de questões sobre deficiências, situação de idosos e crianças em diferentes contextos socioeconômicos.

b) Visibilidade da temática de gênero e da não violência, combatendo a homofobia e outras formas de preconceito de gênero.

Geralmente as coleções silenciam na abordagem conteudista do LD questões sobre as diferentes orientações sexuais, os direitos dos homossexuais, geralmente não aparecem debates acerca do respeito às diferenças, temas essenciais e que precisam ser tratados no contexto da sala de aula visando a superação de preconceitos, bem como na construção de conhecimentos que incitem o respeito.

O que se percebe é que existe um silêncio curricular acerca dos temas de gênero, o que influi obviamente no perfil identitário do estudante, ao simplificar um assunto que faz parte da realidade cotidiana da sociedade. Questões que envolvem homoafetividade, transfobia, ou mesmo a visibilidade da mulher na sociedade ainda são pouco discutidas nos livros didáticos de Geografia.

c) O protagonismo social da mulher em diferentes espaços reforçando sua visibilidade

Visualiza-se, em algumas coleções de livros, que as figuras que ilustram mulheres geralmente não representam de fato a sua visibilidade social. Assim, mesmo apresentando de forma mais incisiva o espaço da mulher na atualidade, ainda conserva visões que tendem a diferenciá-las por raça, cultura e condições econômicas. Diante disso, a diversidade de espaços nos quais a mulher atua não é adequadamente trabalhada nos livros. Em muitas situações as mulheres aparecem em atividades laborais tradicionais, mantendo um sistema classificatório entre as profissões masculinas e as femininas, ainda, tratando de modo diferenciado a visibilidade da mulher em contextos culturais e econômicos diversos. Tem como exemplos mulheres de países subdesenvolvidos geralmente na condição de trabalhadoras agrícolas, deixando-se de explorar outras possibilidades do trabalho feminino, fato que envolve poder e identidade.

d) Isenção de publicidade ou difusão de produtos e marcas, apenas em casos em que estejam contextualizadas com o conteúdo.

No entanto, em muitas coleções didáticas há marcas famosas que seguidamente são utilizadas para ilustrar a globalização ou diretamente tratando da presença de empresas multinacionais em diferentes países. Mesmo contextualizadas e inseridas no conteúdo, se observa que geralmente são empresas bastante conhecidas dos estudantes e que podem configurar como incentivo ao consumo dos produtos por elas produzidos. Isso pode contribuir para estimular o estudante ao consumo destas marcas, se não houver uma abordagem crítico-reflexiva consistente.

Na maioria das coleções didáticas a contextualização sobre vantagens e desvantagens da inserção de empresas estrangeiras no país ou a influência da produção advinda de outros países no mercado nacional é pouco consistente, ou inexistente. O que se observa são abordagens simplificadas, contextualizações que na maioria das vezes carecem de maior abertura à reflexão crítica, prevalecendo, em muitos livros, a descrição de informações sobre o tema em estudo e a ilustração de algumas empresas a partir de logotipos ou fotografias de fachadas.

e) Visibilidade aos valores, tradições e saberes da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, considerando, também sua participação em processos históricos que marcam a construção do espaço geográfico brasileiro, além de seus direitos.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Essa é uma questão que se encontra amparada pelas leis 10.639 de 2003, com vistas ao combate ao racismo, e 11.645 de 2008, que inclui no currículo oficial dos estabelecimentos públicos e privados a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O inciso § 1º da referida lei, considera que “o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política”. O inciso § 2º assegura que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de educação artística, literatura e história” (BRASIL, 2008).

Essa lei tem como uma de suas principais atribuições promover, pelo viés da educação, o reconhecimento positivo dos povos historicamente marginalizados. Contudo, e mesmo tendo uma lei que exija que seja cumprido o estudo dessas temáticas na prática escolar, é preciso discutir acerca de: como estes temas estão sendo tratados no LD? Os professores estão teoricamente preparados para atender a legislação? Ainda: De que modo o LD atende essas questões de forma a promover uma aprendizagem que possibilite superar o preconceito tão presente em nossa sociedade?

No que se refere aos livros didáticos, é possível afirmar que negro e indígena geralmente são mostrados em capítulos específicos que tratam da colonização e do processo de escravização, geralmente em situações de submissão e em trabalhos menos favorecidos. Nisso se observa, em trechos ou frases curtas, a inserção da discussão sobre indígenas e negros no livro didático. O indígena urbano, isto é, que vive nas cidades, não é visível na maioria dos livros, que também tratam de modo escasso (ou não tratam) os modos de vida, cultura, trabalho e as necessidades das populações ribeirinhas, quilombolas e caiçaras.

Em muitos livros didáticos de Geografia, ainda atualmente, a figura do indígena é apresentada de maneira equivocada e sem o adequado aprofundamento nas discussões. A sua cultura geralmente é expressa como algo que parou no tempo, composta por sujeitos primitivos e atrasados, muitas vezes em abordagens que comparam as culturas indígenas com a cultura dos brancos, ou seja, parte-se de uma visão do outro a partir do olhar “de fora”, criando determinados padrões para povos dos quais pouco conhecemos.

Nessa visão, o indígena aparece estereotipado como o sujeito que vive na floresta, nu ou seminú, que vive apenas da caça, pesca e anda descalço, como se sua cultura não tivesse ocorrido interferência das tecnologias da comunicação e informação. Além disso, algumas obras homogeneizam as diversidades étnica e cultural de cada grupo social, e acabam não abrindo espaço para uma adequada compreensão da sua diversidade cultural.

Neste contexto, a diversidade regional do Brasil fica comprometida quando a ênfase do livro didático está centrada em fatores econômicos que envolvem processos de produção, e pouco espaço é disponibilizado para questões que envolvem o cotidiano das populações nos mais diversos ambientes que constituem o território brasileiro. Disso decorrem, muitas vezes, desconhecimentos sobre a diversidade de povos do Brasil e de suas peculiaridades, que constituem nossa riqueza cultural.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

f) Afirmação dos direitos de crianças, adolescentes e do tratamento aos idosos, considerando o contexto da educação e da cultura em direitos humanos.

Isso pode ser observado em livros didáticos que pouco avançam na abordagem sobre idosos e crianças em diferentes contextos socioeconômicos. Estes grupos aparecem, geralmente, em situações específicas. A criança tratada, muitas vezes, em ilustrações sobre o espaço da escola e o espaço de lazer (geralmente praças, parques, etc.) ou em situações de trabalho infantil. A relação da criança com o espaço e a construção de sua identidade com o lugar não é retratada na maioria das coleções.

Os idosos, quando aparecem nas discussões, são relacionados ao aumento da expectativa de vida, fazendo-se relação com o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Nesse sentido, o livro didático traz ilustrações que comparam idosos de países em desenvolvimento (realizando trabalhos precários) enquanto idosos em países desenvolvidos praticam atividades físicas e de lazer. Notadamente, o idoso em suas diversas situações sociais não tem visibilidade. As condições precárias de sobrevivência ou as condições garantidas por uma renda mais elevada, entre determinados grupos, parece não ser necessário no livro didático de Geografia.

Estes são alguns temas que geralmente apresentam limites na abordagem dos conteúdos do livro didático no que concerne formação para a cidadania e necessitam de maior aprofundamento teórico do professor. Embora deva-se salientar que também existem outras lacunas específicas à questão das linguagens (fotografias, quadrinhos, charges, tabelas, mapas, plantas, gráficos, imagens aéreas e de satélites) e atividades, que em muitos casos, se atêm unicamente a um título e não se tornam objeto de análise e reflexão através das proposições trazidas em cada temática abordada. Assim, carecem de uma maior contextualização teórica e conceitual.

Dentre as coleções didáticas disponíveis no mercado, algumas diga-se, já há bastante tempo no mercado, parecem inserir especificamente em alguns momentos a formação cidadã como um item a ser considerado para a aprovação em decorrência do edital. Quando isso se efetiva não há uma abordagem eficaz quanto a estes temas, apenas citando pontualmente determinado assunto, a fim de garantir a aprovação da coleção no processo de avaliação pedagógica.

Certas padronizações ainda visíveis entre as coleções tendem a camuflar situações que necessitam ser abordadas visando a construção da aprendizagem geográfica para viver e agir de modo consciente no mundo. Ao se manter determinadas situações nos livros didáticos, mencionadas anteriormente, mantém-se percepções equivocadas, dificuldades de olhar para além daquilo socialmente construído e avançar para a desconstrução de preconceitos.

As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), afirmam que a escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, constituindo-se como espaço de heterogeneidade e pluralidade. Neste sentido, é pertinente defender a presença da Geografia na abordagem destas questões que são tão necessárias para a construção de uma sociedade mais comprometida com questões que envolvem respeito à diversidade, à pluralidade de ideias, incentivo à melhoria na qualidade de vida e participação cidadã.

Diante disso, verifica-se que apesar dos livros cumprirem com as normatizações do edital, ainda silenciam questões éticas e políticas relativas a formação para a cidadania. Neste sentido, Santos (2002, 2007), chama para o fato de que os silenciamentos produzem ausências e sujeitos que são submetidos a determinadas regras que, por vezes, nem lhes interessam e nem lhes permite ter

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

autonomia. Por isso, o autor argumenta que um dos desafios mais fortes que temos é fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não mais silenciamentos. O desvelamento do silêncio pode proporcionar a visibilidade de determinadas questões historicamente marginalizadas partir dos conteúdos do LD e são uma possibilidade de não reprodução de estereótipos e (pré) conceitos.

Assim a visibilidade dos problemas sociais é uma possibilidade de os alunos, com a mediação do professor, conseguirem fazer relação entre os conteúdos do livro didático e os problemas cotidianos, de forma que possam exercer a sua cidadania. Além de ser um caminho para que o respeito às diferenças e às diversidades sejam, de fato, trilhados pelas gerações que compõem a nossa sociedade. Por isso, é importante que os livros didáticos apresentem um maior cuidado com os povos, culturas, gênero que historicamente foram marginalizados, para que não se reproduzam pela abordagem conteudista do LD, mais silenciamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo o livro didático foi considerado como responsável pelos problemas relacionados ao ensino de Geografia. Podemos dizer pela abordagem tratada que o LD, apesar dos avanços nos últimos anos, ainda apresenta limites no que concerne a abordagem conteudista para a formação cidadã. Contudo, aliado a ele, precisamos questionar a qualidade da formação dos professores, os tempos e espaços de planejamento pedagógico, as condições de trabalho e, ainda, a disponibilidade destes profissionais para a formação continuada e para a preparação das aulas, o que envolve leituras complementares, pesquisas, análise de materiais, etc.

No contexto atual os livros didáticos são materiais essenciais no processo pedagógico escolar, contudo, mesmo passando por um rigoroso processo de avaliação ainda apresentam limites no que concerne a conceitos, determinados conteúdos e à formação cidadã. As linguagens em muitos casos ainda se centram em uma perspectiva instrumental que não faz interferência crítica na vida dos cidadãos. Ainda, muitos mapas contidos nos livros didáticos não consideram o nível de desenvolvimento dos alunos. Nisso implica também a não abordagem pelo professor de determinados mapas ou gráficos presentes no livro, o que pode acarretar, no estudante, dificuldades de interpretação destes recursos extremamente importantes.

Assim, ensinar Geografia no contexto atual é desafiador, haja visto as inúmeras informações que surgem diariamente, as dinâmicas espaciais que envolvem as diferentes sociedades e suas relações no espaço geográfico. O livro didático tem sido um recurso importante, mesmo destacando as suas limitações. Contudo para Callai (2014, p.70) “qualquer livro, por melhor que seja, não consegue substituir o professor, pois a este cabe a mediação do trabalho da sala de aula”.

Assim é inegável a importância desse recurso como suporte nas aulas, mas cabe salientar que este não deve ser usado como única fonte de informação, é necessário que os professores busquem outros recursos e materiais didáticos para subsidiar a produção do conhecimento, pois, “a qualidade do processo de ensino depende muito mais do desempenho do professor do que da qualidade do livro didático” (ibidem, p.142).

Nessa perspectiva, é importante destacar que para além do suporte metodológico é fundamental que o professor apresente domínio da matéria que ensina. Isso implica saber como se utilizar

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

determinados conhecimentos e em que momentos isso é mais viável. Implica em saber que linguagem utilizar, aliando o conhecimento específico do componente curricular que ministra com a linguagem adequada ao nível de compreensão do estudante. Demanda também saber estabelecer relações entre aquilo que conhece, dos saberes específicos da Geografia com as concepções pedagógicas, os diversos conhecimentos que implicam no contexto escolar e que podem contribuir para que aulas mais atrativas sejam construídas junto aos estudantes.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CALLAI, H. C. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento? In: Sposito, Eliseu Savério et al (Org). A diversidade da geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p.287-306.

Histórico PNL D. Disponível em:
<<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em setembro de 2016.

RODRIGUES, P. R. Q. Aprendendo e ensinando a geografia com professores em serviço. Pelotas: EDUFPEL, 2009.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, 2002, p. 237-280.

SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHÄFFER, N. O. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. In: Castrogiovanni, A. C. [et. al.]. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 3. ed. Editora da Universidade/UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Porto Alegre, 2001.